



# Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**  
PDT ..... Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO**  
PT ..... Deputado **ERNANI PUDELL**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

## RESOLUÇÃO Nº 011/92

DATA: 28 de abril de 1992

SOMULA: Aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1.991.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1.991.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.04.92.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, João Iensen, João Preis, José Alves, Mário Bezerra e Rafael Greca de Macedo (08). Em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 412/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar-lhe a gentileza de justificar a minha ausência deste dia 4 de maio, uma vez que, compromissos inadiáveis prendem-me ao interior do Estado, impossibilitando minha presença aos trabalhos em Plenário.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO Nº 076/92-GE

Salvador, 15 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Em resposta ao Ofício nº 372/92/DA/CEA/SC, declaro ser lamentável que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná esteja tão mal informada a respeito do fato que motivou pedido de Licença, para dar prosseguimento à ação penal proposta contra a Deputada MARIA JOSÉ ROCHA, daí ter aprovado um Requerimento, demonstrando completo desconhecimento de causa.

Efetivamente, não nego à Deputada o direito de manifestar suas opiniões, ainda que sob linguagem impolida e grotesca, compreendo que é a única ao seu alcance.

Não admito, entretanto, que tente atingir a honra do Chefe do Executivo, de sua família e de tantos quantos com ele se relacionem, protegendo-se sob o manto da imunidade parlamentar.

Assim fez a citada Deputada, ao concluir um "discurso" com a grosseira afirmativa de que:

"...se gritar pega ladrão no Palácio de Ondina, certamente, não ficará ninguém..."

Face à generalidade e indeterminação da expressão ofensiva, promovi Interpelação Criminal para que prestasse os esclarecimentos devidos.

Tendo a Interpelada se recusado a prestar as explicações solicitadas, ficou evidenciada sua intenção de ultrajar a todos quantos habitam o Palácio de Ondina e até quem lá esteja eventualmente, atingin-

do, inclusive, os seus colegas Deputados que ali são atendidos pelo Governador.

Esta foi a razão pela qual, cumprindo o meu dever de cidadão e de Governador comprometido com a moralidade pública, ofereci Queixa-Crime, dando início ao processo contra a referida Deputada, nenhuma relação tendo com a Justificativa apresentada para o Requerimento.

Para melhor informação e juízo dessa Assembléia, anexo xerocópias do Diário Oficial do Estado da Bahia, de 10/09/91, com destaque para a expressão injuriosa, bem como da Interpelação Criminal e da Queixa-Crime.

(a) ANTONIO CARLOS MAGALHÃES  
Governador

#### Emenda:

EMENDA ADITIVA DE PLENARIO DE Nº 02,  
AO PROJETO DE LEI Nº 626/91

Acrescentar o parágrafo único ao artigo 5º:

Parágrafo Único - Os pequenos e micros agricultores serão beneficiários dos serviços de classificação sem estarem sujeitos ao regime estabelecido nesta lei.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA  
ERNANI PUDELL  
ALBINO CORAZZA

Apoio: Nelson Justus, Arlindo Troian e Rossoni.

#### JUSTIFICATIVA:

Os micros e pequenos agricultores são os principais sofrendores da política econômica recessiva do Governo Collor. Sem possibilidades de se equipararem melhor e de expandir suas atividades, bem como sem terem a garantia de preços mínimos justos, acabam por irem gradativamente se descapitalizando. Sendo assim, consideramos justo que os serviços de classificação sejam a eles ofertados pelo Estado gratuitamente.

#### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, Deputado Estadual, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER abono de sua falta em Sessão Plenária do dia 30 de abril de 1992, quinta-feira última, visto estar impossibilitado de comparecer à mesma, devido a compromisso de comparecimento em reunião da Associação dos Municípios do Médio Parapanema - AMEPAR, realizada no Município de Itaguajê, a partir das 09:00 horas.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após anuência do Plenário, envio de manifestação apresentada em Plenário desta Casa, contrária a redução do piso de isenção do Imposto de Renda sugerida pelo Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária, conforme os fundamentos apresentados naquele discurso, que fica anexado ao presente.

Este requerimento deverá ser enviado ao Dr. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA, Ministro da Economia; Senador JOSE EDUARDO, Líder da Bancada do PTB no Senado Federal e Deputado BASÍLIO VILLANI, Coordenador da Bancada Federal do Paraná na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Discurso do Deputado ERONDY SILVÉRIO, contra a proposta de rebaixa do piso de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas.

O Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária do Governo Federal, Advogado ARY OSWALDO DE MATTOS FILHO, declarou à imprensa que pretende apresentar proposta de redução do atual piso de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas, com o argumento de que "se mais gente pagar imposto, crescerá a arrecadação do Imposto de Renda em cerca de US\$ 12 bilhões".

Em que pese sua aparente lógica, esse argumento insere-se num contexto equivocado. Na verdade, aquele especialista poderá obter o aumento do número de contribuintes mediante a redução, agora sim, das pessoas que sonham os impostos.

O Congresso Nacional deve ficar alerta, bem como as autoridades maiores do Poder Executivo na área fazendária, para evitar um novo gravame tributário que viria onerar os segmentos sociais mais frágeis, estabilização em curso.

Não é por esse caminho que se aumenta

a receita pública: a fórmula amadurecida repousa no combate à sonegação, bloqueando as inúmeras fraudes descobertas a cada dia para burlar o fisco. Jamais reduzir o atual limite de isenção, hoje em cerca de um milhão e duzentos mil cruzeiros, pois quem recebe menos do que essa importância, mensalmente, já tem que fazer enorme esforço para sobreviver, diante das despesas essenciais de uma família, tais como a moradia, alimentação, vestuário, transportes, educação, saúde, etc.

Devemos considerar ainda, que as despesas familiares incluem tarifas de serviços públicos, como energia elétrica, água, taxas municipais de coleta de lixo, etc, além dos impostos indiretos que todos pagam nos produtos que consomem. Inclusive os estudos mais recentes comprovam que o peso desses ônus recaem mais pesadamente sobre a parcela da população de mais baixa renda, motivo porque ela sempre foi poupada, em períodos anteriores, da incidência direta do imposto de renda.

Por isso rejeitamos a argumentação do eminente dirigente da Comissão de Renda Tributária, em outros títulos brilhante, ao insistir no aumento da arrecadação mediante ampliação do universo de contribuintes com a rebaixa da isenção que hoje favorece os cidadãos de menor rendimento.

Raciocínios frios, divorciados da realidade do País, não podem ser acatados, principalmente pela classe política, que num regime democrático, deve mostrar pela classe política, que pode se mostrar sensibilizada para os imperativos de justiça social.

Mesmo porque, no Brasil desta década, infelizmente, a própria classe média se vê a cada dia mais constrangida pelas dificuldades econômicas, com a linha divisória da pobreza se ampliando para abranger mais segmentos médios.

Essa crescente desigualdade de renda foi documentada pelas Nações Unidas, em recente estudo sobre a realidade brasileira, devendo ser objeto de preocupação para todos quantos se interessem pela consolidação do regime democrático, só viável em sociedades que tenham resolvido, ou pelo menos se proponham resolver os hiatos de desigualdade social extrema.

Essa última e derradeira condição invalida por inteiro a outra proposta do Sr. Ary Oswaldo de Mattos Filho, de aumentar a alíquota máxima de 25% para 30% no IR das pessoas físicas. Essas elaborações simplistas projetam, inclusive, uma imagem que não faz justiça à biografia sabidamente positiva desse eminente advogado; fazendo-o decalcado na figura daqueles tecnocratas despreocupados ou incapazes de conciliar suas teses com o País real.

Vale acentuar, em conclusão, que o

Brasil precisa de um ajuste fiscal rigoroso e realista, pelo qual se aumenta a receita pública com medidas eficazes de combate à sonegação, trabalho dedicado de fiscalização e outras providências similares.

Entre estas, cabe referir: situa-se a racionalização na atribuição de encargos do poder público, evitando-se duplicidade de tarefas entre as três esferas da administração; compactação do sistema-Estado no padrão competitivo das sociedades desenvolvidas e sobretudo, o rigor na aplicação do produto dos impostos recolhidos.

#### REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido sábado, dia 02 do corrente, do ilustre homem público Dr. Raul Vaz, Conselheiro Aposentado do Tribunal de Contas do Paraná, do qual foi seu fundador e seu primeiro Presidente.

Raul Vaz constitui, como personalidade, um capítulo na existência do Estado do Paraná.

Como homem público, marcou presença quando da redemocratização do País, após o "Estado Novo", sendo um dos líderes políticos de maior evidência.

Pelo caráter conciliador de sua atuação, foi eleito Presidente Regional do Partido Social Democrático (PSD), na época o maior do País.

Foi Secretário de Estado, jornalista e homem conceituado na sociedade paranaense e paulista.

Seus apelos políticos eram sempre no sentido de que o "povo guardasse memória que na história, Democracia se faz com sacrifício e amor, e não com ódio".

Homem de rara bondade, Raul Vaz, fazia questão do anonimato na benemerência e muitos foram os que dele se socorreram em suas aflições.

De memória privilegiada era um compêndio vivo dos acontecimentos paranaenses e sua "pena" sempre se voltava para os fatos verdadeiros, nunca permitindo que os deturpassem.

Os póstumos lhe farão justiça.

Requeiro ainda, após aprovação deste, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Vicente Machado, 47 - ap. 171, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa do "Voto de Congratulações" ao 'Suplemento Paraná Econômico' do Jornal Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 04.05.92

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Além do pinheiro que é símbolo do nosso Estado, historicamente o Paraná é conhecido como um Estado agrícola. Assim, ao longo de sua história econômica, o Paraná passou por diversos ciclos; erva-mate, madeira, café e soja.

Mas os tempos são outros. Vivemos num período de grandes transformações e dificuldades, o País atravessa uma grave crise econômica e uma recessão sem precedentes. Por isso é chegada a hora de reagir, de estar atento e principalmente estar sensível para acompanhar o rumo da nova ordem dos acontecimentos. Assim o Paraná deve adotar uma postura de modernidade, ou seja, deve acompanhar esses novos rumos criando condições para uma economia voltada para os setores industriais.

Neste sentido, julgamos de suma importância o Suplemento 'Paraná Econômico' editado pelo Jornalista Pedro Ribeiro, do Jornal Gazeta do Povo, conscientizando, alertando e mostrando com muita competência e propriedade o potencial econômico e a riqueza do nosso Estado, e ao mesmo tempo convocando a participação de todos os paranaenses, governo, empresários, autoridades, da necessidade de atrair para o Paraná novas indústrias, novos investimentos, visando consolidar num futuro bem próximo, além daquele já conquistado com a agricultura, um novo pólo industrial de destaque no cenário brasileiro, atendendo assim as expectativas de um novo ciclo econômico para o Estado: o Ciclo Industrial e do Desenvolvimento.

Portanto, considerando-se a importância deste trabalho jornalístico demonstrando o potencial econômico do nosso Estado, acreditamos justa a inclusão desta homenagem nos Anais desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros para reformas na Delegacia de Polícia de Teixeira Soares.

Este pleito fundamenta-se com inteira urgência tendo em vista o estado precário em que se encontra o prédio da delegacia daquele Município, trazendo insegurança na sociedade local.

Sala das Sessões, em 04.05.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Rio Azul.

Esta solicitação, efetiva-se na necessidade premente de se reequipar o quadro de Segurança Pública do Município reivindicante, dado ao aumento efetivo da criminalidade local.

Com esta acertiva, estaremos levando aos municípios um pouco mais de tranqüilidade, ora em falta.

Sala das Sessões, em 04.05.92

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata desta Assembléia Legislativa, de artigo publicado na "Gazeta do Povo" de 03 de maio p.p., na coluna do Jornalista José Wanderley Dias, denominada "Tempo de ratos e baratas", que esclarece a situação criada com denúncias sobre possíveis problemas no BADEP, envolvendo o nome de figuras da mais alta importância em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.05.92

(a) ANIBAL KHURY

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 106/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As solicitações de autorização para viagens do Governador ou Vice-Governador a países estrangeiros, determinando critérios estabelecidos na presente Lei.

Art. 2º - A mensagem do Poder Executivo estadual solicitando autorização para Governador ou Vice-Governador que se ausentarem do País por mais de 15 dias em viagem a países estrangeiros deverá chegar na Assembléia Legislativa pelo menos 45 dias antes da data prevista para o início da viagem.

Art. 3º - A Mensagem deverá informar:  
I - países e localidades a serem visi-

tados;

- II - período de duração da viagem;
- III - período de estada em cada país e localidade;
- IV - objetivo da visita a cada país e localidade;
- V - nome, número de Registro Geral, cargo e função pública exercida pelos integrantes da comitiva;
- VI - função e objetivos de cada integrante da comitiva, detentor de cargo ou função pública, durante a viagem;
- VII - relação dos integrantes da comitiva que não detêm cargo ou função pública, indicando os motivos e objetivos de sua inserção no grupo;
- VIII - previsão discriminada, e por integrante da comitiva, de gastos do dinheiro público, incluindo Governador ou Vice-Governador e integrantes que não detêm cargo ou função pública, destacando os gastos com passagens, estada, diárias e ajuda de custo;
- IX - indicação da fonte orçamentária de tais gastos.

Art. 4º - No prazo máximo de 20 dias após o retorno de sua viagem, o Governador ou Vice-Governador, enviará à Assembleia Legislativa um relatório escrito, indicando:

- I - eventuais alterações de trajeto, programa ou duração, inicialmente planejado, com a devida justificativa;
- II - gastos, efetivamente havidos, do dinheiro público com cada um dos integrantes da comitiva, inclusive Governador, Vice-Governador e pessoas não detentoras de cargo ou função pública;
- III - resultados das visitas e contatos efetuados em cada país e localidade, instruído com cópia dos Acordos, Protocolos, Cartas de Intenções, Contratos, ou de quaisquer atos bilaterais convencionados nos países estrangeiros e suas localidades.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.92

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

As viagens das autoridades político-administrativas devem atender tão somente ao interesse público, como parte de sua função estatuída nos diplomas legais e competentes. A sociedade civil, por sua vez, merece o devido respeito da transparência de saber como são aplicados os recursos oriundos do pagamento dos impostos nessas incursões para além do controle local. O presente Projeto de Lei busca conferir, em favor da sociedade civil e também em favor das autoridades político-ad-

ministrativas - tendo em vista que estas últimas, cada vez que realizam viagens, são acusadas de malversação do dinheiro público - a transparência e o controle devidos nestes casos, indicando, já na mensagem que solicita autorização para a viagem, os seus principais aspectos relacionados ao motivo de sua realização, objetivos, duração e gastos. Iniludivelmente, a matéria só pode ser objeto de Projeto de Lei por submeter ao Chefe do Poder Executivo do Estado, não comportando ser tratada por Projeto de Resolução, cuja função, diz respeito, tão somente, à normalização de procedimentos internos desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"O Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária do Governo Federal, Advogado Ary Oswaldo de Mattos Filho, declarou à imprensa que pretende apresentar proposta de redução do atual piso de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas, com o argumento, de que "se mais gente pagar imposto, crescerá a arrecadação do Imposto de Renda em cerca de US\$ 12 bilhões".

Em que pese sua aparente lógica esse argumento se insere num contexto equivocado. Na verdade aquele especialista poderá obter o aumento do número de contribuintes mediante a redução, agora sim, das pessoas que sonegam os impostos.

O Congresso Nacional deve ficar alerta, bem como as autoridades maiores do Poder Executivo na área fazendária, para evitar um novo gravame tributário que viria onerar os segmentos sociais mais frágeis, estabilização em curso.

Não é esse caminho que se aumenta a receita pública: a fórmula amadurecida no combate à sonegação, bloqueando as inúmeras fraudes descobertas a cada dia para burlar o fisco. Jamais reduzir o atual limite de isenção, hoje de cerca de um milhão e duzentos mil cruzeiros, pois quem recebe menos do que essa importância, mensalmente, já tem que fazer enorme esforço para sobreviver, diante das despesas essenciais de uma família, tais como a moradia, alimentação, vestuário, transportes, educação, saúde, etc.

Devemos considerar ainda, que as despesas familiares incluem tarifas de serviços públicos, como energia elétrica, água, taxas municipais de coleta de lixo, etc, além dos impostos indiretos que todos pagam nos produtos que consomem. Inclusive

os estudos mais recentes comprovam que o peso desses ônus recaem mais pesadamente sobre a parcela da população de mais baixa renda, motivo porque ela sempre foi poupada, em períodos anteriores, da incidência direta do imposto de renda.

Por isso rejeitamos a argumentação do eminente dirigente da Comissão de Renda Tributária, em outros títulos brilhante, ao insistir no aumento da arrecadação mediante ampliação do universo de contribuintes com a rebaixa da isenção que hoje favorece os cidadãos de menor rendimento.

Raciocínios frios, divorciados da realidade do País, não podem ser acatados, principalmente pela classe política, que num regime democrático deve se mostrar pela classe política, que pode se mostrar sensibilizada para os imperativos de justiça social.

Mesmo porque, no Brasil desta década, infelizmente, a própria classe média se vê a cada dia mais constrangida pelas dificuldades econômicas, com a linha divisória da pobreza se ampliando para abranger mais segmentos médios.

Essa crescente desigualdade de renda foi documentada pelas Nações Unidas, em recente estudo sobre a realidade brasileira, devendo ser objeto de preocupação para todos quantos se interessem pela consolidação do regime democrático, só viável em sociedades que resolvido, ou pelo menos se proponham resolver os hiatos de desigualdade social extrema.

Essa última condição invalida por inteiro a outra proposta do Sr. Ary Oswaldo de Mattos Filho, de aumentar a alíquota máxima de 25% para 30% no IR das pessoas físicas. Essas elaborações simplistas projetam, inclusive uma imagem que não faz justiça à biografia sabidamente positiva desse eminente advogado; fazendo-o decalcado na figura daqueles tecnocratas despreocupados ou incapazes de conciliar suas teses com o País real, que é o Brasil.

Vale acentuar, em conclusão, que o Brasil precisa de um ajuste fiscal rigoroso e realista, pelo qual se aumenta a receita pública com medidas eficazes de combate à sonegação, trabalho dedicado de fiscalização e outras providências similares.

Entre estas, cabe referir, situa-se a racionalização na atribuição de encargos do poder público, evitando-se duplicidade de tarefas entre as três esferas da administração; compactação do sistema-Estado no padrão competitivo das sociedades desenvolvidas e sobretudo, o rigor na aplicação do produto dos impostos recolhidos."

Isto posto, Senhor Presidente, eu encaminho à Mesa o seguinte Requerimento (LÊ):

"O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após anuência do Plenário, envio de manifestação apresentada em Plenário desta Casa, contrária a redução do piso de isenção do Imposto de Renda, sugerida pelo Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária, conforme os fundamentos apresentados naquele discurso, que fica anexado ao presente.

Este requerimento deverá ser enviado ao Dr. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA, Ministro da Economia; Senador JOSÉ EDUARDO, Líder da Bancada do PTB no Senado Federal e Deputado BASÍLIO VILLANI, Coordenador da Bancada Federal do Paraná na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1992.

ERONDY SILVERIO

Deputado Estadual"

Era isto, Senhor Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assistimos e estivemos presentes na manifestação dos vigilantes bancários na data do dia de hoje. Pudemos sentir daqueles vigilantes a preocupação quanto a manutenção dos seus empregos, dos seus salários e, obviamente, na sustentação da dignidade das suas famílias. Vimos no olhar de cada trabalhador ali presente externada uma preocupação por esta medida lamentável que tomou o Governo do Estado do Paraná, em retirar das agências bancárias do BANESTADO os vigilantes que já vinha ali, há algum tempo, dando tudo de si para a segurança daquelas instituições, como também pela manutenção dos seus salários, através dos seus empregos.

E mais uma vez, semelhante ao que vimos em épocas passadas na Praça Nossa Senhora de Salete, assistimos ao reforço policial como se tivessem vindo para a frente desta Casa, para a frente do Palácio Iguaçu um bando de bandidos, e isso não é verdade. Assistimos um aparato policial com policiais fortemente armados como se o Palácio Iguaçu fosse tomado, fosse invadido por esses trabalhadores que queriam apenas conversar com o Governador do Estado para fazer com que ele se sensibilizasse com a situação em que se encontram esses vigilantes, juntamente com seus familiares.

Os policiais estavam fortemente armados para tentarem um confronto semelhante ao que foi em 88, quando autorizado pelo Governador Alvaro Dias a praça Nossa Senhora de Salete, pela primeira vez na sua história, viu derramado em seu seio o sangue do trabalhador da educação.



E nós não tínhamos nenhuma dúvida, e pela primeira vez a gente vê essa manifestação, quando esperávamos que o Governador que esteve diante de diferentes movimentos de trabalhadores nesta Praça de Curitiba pudesse recebê-los sem a ameaça da violência que estava a se estampar, caso houvesse uma pequena manifestação de qualquer das partes. Porque em 1988 a manifestação, a violência, a truculência foi autorizada pelo Governador da época em consonância com os comandantes militares.

E hoje nós vemos na Praça aqueles mesmos comandantes responsáveis pela violência de 88, preparados para atacar aqueles pais de família, aqueles trabalhadores humildes, que estão pedindo, estão tentando fazer com que o Governador veja a situação de suas famílias, veja a situação do trabalhador paranaense, da segurança das agências bancárias do BANESTADO neste Estado.

Eles externavam a preocupação em tentar trazer ao Governador a sua situação. Conseguiram, depois de barrado em frente a Prefeitura de Curitiba, sem ter acesso ao restante da Praça, conseguiram fazer com que o Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, pudesse recebê-los em cima de uma pauta de reivindicações que era muito simples: a revogação deste ato do Governador do Estado do Paraná que, com certeza, tomando uma medida desta forma, com certeza se somará aquilo que fez o Presidente da República, quando procurou fechar e fechou neste Estado e em outros Estados do Brasil, agências do Banco do Brasil, pondo para fora centenas de trabalhadores que já contavam com vários anos de trabalho.

E, com certeza, Sua Excelência há de se sensibilizar...

(E-lhe tirado o som).

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Gostaria, Deputado Paulo Maia, antes de lhe conceder o horário da Liderança, anunciar a presença do Senador Enéas Faria aqui neste Plenário.

O SR. PAULO MAIA - Nós temos certeza de que Sua Excelência o Senhor Governador, há de se sensibilizar com a situação destes trabalhadores e não há de imitar o governo da recessão, o governo do desemprego, o governo da violência com os trabalhadores que hoje assola este País, que é o Governo Collor de Mello.

Com certeza o Governador do Paraná há de se sensibilizar e ter a certeza e a consciência de que o trabalho da Polícia Militar não é o trabalho de vigilância de agências bancárias, mas é o trabalho de vigilância, é o trabalho de segurança do povo do Paraná.

E nós estamos vendo a cada instante em

diferentes cidades do Paraná e volto a repetir o que aqui já disse em outras oportunidades, Deputados que dão sustentação ao Governo, têm trazido a esta Casa manifestações de desagravo pela situação de insegurança que vivem as suas regiões, e nós vimos hoje, milhares de policiais em praça pública, talvez sejam os policiais que estejam faltando para prender bandidos, para prender assaltantes, para prender seqüestradores, porque com certeza este é o trabalho desses policiais e não o trabalho de dizer, de criar a fantasia de que o policial militar trabalhando nas agências bancárias vai representar uma economia de milhões de cruzeiros para os cofres do Estado e para os cofres do BANESTADO.

Nós não concordamos com esta premissa, porque tira o policial para uma agência Bancária e deixa a rua, deixa a sociedade desguarnecida, quando se vive um dos piores momentos de violência neste Estado e neste País. Com certeza nós acreditamos que o Governador Requião há de revogar a sua decisão, há de dar a tranquilidade que merecem esses vigilantes para que voltem aos seus trabalhos, para que levem a tranquilidade às suas famílias e nós não precisamos mais uma vez assistir a polícia preparada, para de forma violenta agir contra os trabalhadores que se dirigem a esta praça cívica, porque aqui está uma das Casas que os representa, que é a Assembleia Legislativa.

Têm esses trabalhadores o direito de virem a esta Casa, como nós da Educação viemos por diversas vezes enfrentando esta violência, enfrentando a arrogância de Governos passados, para manifestar o nosso descontentamento, a nossa insatisfação e dizer da situação que nos esperava naquelas oportunidades e que esperam esses trabalhadores vigilantes; quanto a essa medida, a nosso ver antiparanista e antitrabalhador, é uma violência não apenas contra os vigilantes, mas é uma ofensa contra as suas famílias, contra os seus filhos, contra aqueles que com certeza se somarão aos milhares que estão desempregados nos diferentes cantos do Paraná.

É um fato lamentável que precisa ficar registrado nesta Casa, não é demitindo o vigilante e trazendo a polícia para dentro das agências do BANESTADO, que nós vamos resolver o problema de economia no Estado do Paraná.

Nós sabemos muito bem que se em outros fatores for feita de fato uma redução nos excessos de mordomias e nos excessos de gastos, provavelmente isto representará muito mais do que demitir os vigilantes bancários e em seus lugares, colocar o policial responsável pela segurança do Estado do Paraná.



As nossas cidades, as nossas comunidades de todo o Estado, estão pedindo policiais, para que garantam a sua segurança, porque a violência está tomando conta do Estado do Paraná.

Vamos fazer com que os policiais não saiam das praças públicas e venham para as agências do BANESTADO, vamos fazer com que a tranquilidade, se não existe a nível de País, obviamente a nível de Paraná deve existir, e nós temos certeza que a nossa mensagem há de ser levada a Sua Excelência o Governador do Estado, para que não cause esse caos às famílias paranaenses desses vigilantes bancários, que hoje estão trazendo a praça pública, a sua manifestação, a sua insatisfação e a incerteza de que amanhã terão tranquilidade, juntamente com seus familiares.

Querem eles tranquilidade e queremos nós que a segurança volte a ser feita nas praças públicas e que se deixe a demagogia de lado, que se tire os policiais das agências bancárias e que os coloque nos lugares para os quais são treinados, que é combater as violências nas praças públicas e a cada dia os programas policiais, os jornais policiais estão a estampar a violência pela falta de polícia militar, pela falta de polícia civil, que hoje toma conta do nosso Estado.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emília Belinati, Senhores Deputados.

O Legislativo como poder fiscalizador, busca, a todo momento, fiscalizar, acompanhar e por que não, também destacar os programas executados pelo Poder Executivo, que efetivamente mereçam destaques.

O Governo Roberto Requião tem se destacado por atuações brilhantes, no Projeto Casa da Família, na construção de moradias populares a preços acessíveis à toda população; tem se destacado nos programas voltados para a agricultura e para o agricultor do Estado do Paraná, através do Programa Paraná Rural, através do Secretário Osmar Dias; tem se destacado nos programas desenvolvidos pela COPEL, do Clic Rural, nos programas que visam baratear a instalação de energia elétrica para aqueles que vivem no campo; tem se destacado nos programas que buscam levar o saneamento básico, que buscam levar a água para as populações rurais. Mas um dos principais programas do Governo do Estado, que tem sido destaque, já iniciado na época do então Governador Alvaro Dias, planejada e execu-

tada a sua execução na época do Governador Alvaro Dias, é o Programa de Desenvolvimento Urbano, o PEDU.

Efetivamente que agora, no Governo Roberto Requião se dá a continuidade. Esse programa que hoje está instalado em mais de 200 municípios do Estado do Paraná, leva a infra-estrutura básica aos Municípios de nosso Estado.

E por tudo isso que trago ao conhecimento público as inúmeras obras de um setor fundamental de nosso Governo Roberto Requião, como é o Programa de Desenvolvimento Urbano, o PEDU, é possível dizer, com naturalidade, que essas obras são também realizações políticas.

Além da infra-estrutura econômica, elas criam também uma nova espécie de cidadão, o cidadão que o Paraná pode mostrar ao Brasil, ciente de seus direitos, digno e exigente, usufruindo de uma qualidade de vida que cresce e de uma administração austera e transparente, exercida com a sua participação e em seu nome.

Até esta data, o PEDU - através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - tem mais de 650 obras, entre concluídas e em andamento, que alcançam a quase totalidade dos municípios do nosso Estado. Junto deles foram efetivadas também diversas ações de apoio, como assistência técnica, modernização administrativa, treinamento em planejamento e desenvolvimento orientado.

São na verdade, diversas as linhas de atuação para o desenvolvimento urbano no Paraná, consequências de uma filosofia administrativa que já é peculiar na forma de fazer política de Roberto Requião: romper com os privilégios, alcançar o marginalizado, tratar igualmente o centro e a periferia, executar obras de infra-estrutura cujo resultado apareça na qualidade de vida das pessoas, governar para o cotidiano das pessoas e não para as vitrines ou manchetes.

O PEDU - que é o principal programa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - é executado pelo Governo paranaense com recursos próprios, com recursos do Banco Mundial e dos municípios.

Até agora foram investidos nesse programa 131 milhões de dólares, com um saldo já autorizado pelo Banco Central de 12 milhões de dólares. E preciso destacar que o orçamento total do PEDU é de 216 milhões de dólares e isso significa que o investimento feito em pouco mais de um ano ultrapassa a metade do total do projeto.

Senhores, a importância do PEDU, destacada pelo Governador Roberto Requião e como enfatiza o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Homero Oguido, se manifesta através de um efetivo apoio capaz de ajudar o Paraná a atravessar a crise econômi-

ca que atinge o País. Injetando recursos para a realização de obras municipais, o Pedu aquece a economia em todo o Estado.

Com realizações que se espalham por praticamente todo o Estado do PR, o PEDU constrói cheches, postos de saúde, escolas, terminais rodoviários e pavimentações urbanas em bairros, entre outras obras.

Só os terminais rodoviários já concluídos em obras ou projetados, se fossem somados dariam mais de 13 mil metros quadrados. E as obras de pavimentação urbana, distribuídas por bairros de municípios de todo o Estado, totalizam 4 milhões e 581 mil metros quadrados.

Entre as obras de infra-estrutura, com projetos concluídos e em andamento, existem, até o momento, 176 de saneamento, 446 de pavimentação, 20 terminais rodoviários, 7 creches, 7 iluminações públicas, 1 mercado-feira, 2 praças, 1 centro de convivência para idosos, 4 escolas, 1 biblioteca, 4 quadras de esportes, 3 postos de saúde, 1 matadouro, 1 casa da cultura e 1 teatro - em mais de 200 municípios.

Além das obras de infra-estrutura, existem, como se sabe, as ações institucionais, que são medidas que objetivam a modernização administrativa das prefeituras, incluindo desde treinamento de pessoal até orientação tributária.

Senhores, o que é preciso que se ressalte, quando se fala em PEDU é que ele é de fato um programa típico da política administrativa que o atual Governo estadual faz questão de concretizar.

São obras que objetivam bem menos as aparências e bem mais os reais serviços para o conjunto da população.

Com relação à água e esgoto, por exemplo, a meta do trabalho desenvolvido pela SANEPAR é dar atendimento a 100% da população com água tratada.

Além disso, pondo em prática as metas da política social para o desenvolvimento urbano, existe uma redução de 92% nos preços das ligações de água e esgoto, o que estende esse serviço básico a milhares de pessoas.

Atualmente, mais de 6 milhões de paranaenses contam com o benefício da água tratada e quase dois milhões de cidadãos são atendidos com serviços de esgoto sanitário. Isso significa 90% da população urbana do Estado tendo água tratada e 26,4% com atendimento de esgoto sanitário.

O Estado, como se sabe, é um abstração jurídica. A realidade é o cidadão. E suprir a complexidade de exigências para a melhor qualidade de vida de toda a população é o objetivo das administrações públicas. Principalmente, desta administração estadual, que desempenha o seu trabalho para servir aos paranaenses de todas as

regiões.

Desse modo, o Governo do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente promove também outros programas, como os de Saneamento Rural e de Saneamento Ambiental que junto da melhor qualidade de vida da população objetivam a preservação e a recuperação ambiental.

Somente durante o ano de 1991, o Programa de Saneamento Rural atuou em 452 comunidades paranaenses, onde realizou 313 perfurações de poços artesianos, 108 projetos de abastecimento de água, além de prestar treinamento às prefeituras, utilizando recursos da ordem de US\$ 3,26 milhões, dos quais 2,3 milhões de dólares foram provenientes do tesouro do Estado.

E ainda: um aspecto fundamental para as terras paranaenses, que afeta diretamente a vida das cidades, sua economia, e o trabalho das pessoas - a erosão - está tendo um atendimento contínuo. Através da Superintendência de Controle de Erosão e Saneamento Ambiental, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está proporcionando materiais, projetos e orientação técnica aos municípios das regiões que sofrem esse problema.

São ações em 150 municípios do Norte e Noroeste do Estado.

Senhores, como disse, o discurso desse Governo é feito através de suas realizações. É o legítimo diálogo com o povo que se estabelece, por meio de obras e serviços prestados. Muito já foi feito e muito está sendo feito. O trabalho no Paraná é um fato dinâmico. Essa é uma administração que não pára nas primeiras vitórias e promove uma ação contínua, junto com os paranaenses e para os paranaenses. Amanhã diversos desses fatos e desses números já não serão mais os mesmos. Serão melhores. Como a realidade do Paraná."

E o que é mais importante, a administração do nosso Governador Roberto Requião está voltada para as populações mais carentes do nosso Estado, através de projetos que buscam resgatar a condição humana, a condição de vida com dignidade de todas as famílias paranaenses. É assim que tem feito Roberto Requião. É assim que no passado fez também Alvaro Dias. É assim que tem trabalhado nosso Secretário do Desenvolvimento Urbano Homero Oguidó com obras espalhadas em praticamente todos os municípios do Estado do Paraná.

É muito gratificante ao Parlamentar, principalmente aqueles que acompanham o dia-a-dia dos municípios, como eu e tantos mais parlamentares, Senhor Presidente, virmos a esta tribuna, virmos a esta Casa de Leis para dizer e para contar efetivamente que o Governo está presente em todos

os municípios do Estado do Paraná através de ações concretas, mudando e transformando a vida dos cidadãos paranaenses que são atingidos pelas obras do Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria de registrar aqui a presença do ex-Deputado Estadual Haroldo Ferreira, que na última legislatura fez parte desta Casa de Leis e que visita esta Casa no dia de hoje.

O ex-Deputado reside em Francisco Beltrão, na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa saúda com satisfação a presença do Deputado Haroldo Ferreira, nosso estimado colega que por quatro anos partilhou conosco das nossas lutas.

Horário das Lideranças.

PT.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Queremos registrar hoje nos Anais desta Casa, em nome do Partido Social Trabalhista, a filiação do Senador Enêas Faria. Isto demonstra, sem dúvida nenhuma, o crescimento do nosso Partido não só aqui em nível de Paraná, mas também em nível nacional. E graças a liderança incontestável do ex-Governador do Paraná, Alvaro Dias, que com habilidade, com a sua marca registrada como homem público faz com que o nosso Partido hoje esteja em todas as condições de postular as prefeituras dos municípios do Paraná onde já temos 340 (trezentos e quarenta) diretórios prontos com quase 80% dos candidatos a prefeitos, vice-prefeitos, vereadores.

Nós nos sentimos, sem dúvida nenhuma, honrados porque o Paraná hoje, através do Partido Social Trabalhista, tem a sua representação no Senado da República. Nós sabemos de que o desejo do ex-Governador Alvaro Dias é ampliar muito mais o Partido Social Trabalhista. Da forma que está indo o crescimento do PST nós já estaremos também em condições no futuro, em 1994, de até postular a Presidência da República, demonstrando, assim, a força do PST.

Recebemos também honrosamente a filiação do ex-Procurador do Ministério Público, que filiou-se hoje no Gabinete da Liderança do Partido Social Trabalhista, do Dr. Chemim. Isto nos engrandeceu, demonstra que o PST, o Partido Social Trabalhista é um partido que está agregando nas suas filiações pessoas ilustres, pessoas que representam os segmentos da nossa sociedade e que é, realmente, o que hoje a população não só do nosso Estado, mas o que a população brasileira deseja.

É a transparência do homem público e o nosso Partido hoje é um partido que prega a moralidade, é um partido com uma filosofia, com o desejo de crescimento para que possamos buscar aquilo que os eleitores desejam. E o PST chegará sim a nível nacional mostrando o que deseja, querendo uma mudança, uma transformação política, uma transparência porque, infelizmente os partidos que chegaram hoje ao poder em nível nacional não correspondem com a verdadeira realidade.

É isto que nós, então, queremos dizer: que o nosso Partido já possui a sua representação no Senado da República.

Era isso e muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário de nº 02, ao Projeto de Lei nº 626/91, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pu-dell, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza, Nelson Justus, Arlindo Troian e um ilegível, constante do expediente.- A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 412/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 04 do corrente mês, em virtude de compromissos no interior do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando abono de sua falta em Sessão Plenária do dia 30 do corrente ano, em virtude de compromissos nos Municípios do Médio Paranapanema.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO e OUTROS, que cria a Universidade Metropolitana de Curitiba e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Em discussão.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Nós, na Sessão da última quinta-feira, questionamos o ensino de terceiro grau em nosso Estado, ao qual levantamos várias dúvidas sobre o tratamento que vem sendo dado pelo Governo do Estado às Universidades hoje, no nosso Estado. Questionávamos também, a dificuldade e o desprezo dado pelo Governo do Estado à UNIVALE e outras Universidades no interior do nosso Estado.

Nós gostaríamos, e ao mesmo tempo nós encaminhamos e votamos contrário ao Projeto de Lei do Deputado Geraldo Cartário. Queremos reconsiderar a nossa votação em primeira discussão, questionar da mesma forma e deixar claro a nossa dúvida quanto ao ensino de 3º grau e da forma como vem sendo tratado pelo Governo do Estado, o sucateamento das Universidades e a falta de verbas, mas queremos votar e encaminhar favoravelmente na Sessão de hoje, em 2ª. Discussão ao Projeto de Lei, por tratar-se da criação de uma universidade pública, porque de forma nenhuma somos contra o ensino público gratuito, mas que, naquele momento questionamos e o nosso questionamento continua, apesar de mudarmos a posição quanto ao voto ao projeto.

Por isso o nosso encaminhamento de votação favorável ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que autoriza o Poder Executivo a organizar o período letivo e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O Sr. Ernani Pudell - Com a posição contrária da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação contrária da Bancada do PT.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O Projeto irá à 3ª discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que torna facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos Estaduais de Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.E.C.E.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

O Sr. Ernani Pudell - Com o voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do ex-Governador Alvaro Dias neste recinto e deseja que S.Exa. tenha uma boa estada aqui.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto de Lei nº 413/91 que torna facultativo o uso de uniforme escolar nos estabelecimentos estaduais de ensino de 1º e 2º graus, não receberá de nossa Bancada o devido apoio e aprovação, pelas razões que nós já apresentamos quando o projeto compareceu à Ordem do Dia em Sessões anteriores, tendo sido naquela ocasião, retirado.

Naquela oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, relatamos e informamos a este Plenário que por todas aquelas instruções, resoluções e pelas leis já existentes, o uso de uniforme escolar já é neste momento facultativo, não havendo portanto necessidade de aprovarmos uma nova lei tornando facultativo aquilo que já é facultativo, aquilo que já não é obrigatório.

Hoje, a questão do uniforme escolar é uma prerrogativa que cada estabelecimento decide através da Associação de Pais e Mestres e através do Conselho Escolar, enfim, a comunidade escolar é que hoje define se deve ou não utilizar uniforme escolar.

Por esta razão não entendemos nenhum motivo que nos leve dar aprovação a esse Projeto.

Neste sentido recomendamos que os Se-

nhores Deputados votem contrariamente ao Projeto de Lei nº 413/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Deputados que aprovam conservem-se como estão. O Substitutivo Geral da Comissão.

Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Gostaria de solicitar à V.Exa., se fosse possível, a suspensão da Sessão por cinco minutos, porque os Deputados estão cumprimentando o ex-Governador Alvaro Dias, e os demais Deputados também gostariam de cumprimentá-lo, para ter acesso na votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de suspender a Sessão, farei a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram levantar-se...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, solicito que V.Exa. peça aos Senhores Deputados que compareçam ao Plenário para que possamos fazer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou suspender a Sessão por cinco minutos e logo após vou submeter a verificação.

Está suspensa a Sessão por cinco (05) minutos.

(É suspensa a Sessão).

Está reaberta a Sessão.

Verificação de votação: os Senhores Deputados que aprovam o Projeto do Deputado José Alves, queiram levantar-se.

Rejeitado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA e ADEMAR LUIZ TRAIANO, que altera a redação do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989. (ICMS). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. e CONTRARIO da C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Dalton Machuca, Antônio Annibelli e Ademar Traiano, com apoio dos Senhores Deputados Albino Corazza e Emília Belinati, nos seguintes termos:

"PROJETO DE LEI Nº 465/91  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO DE Nº 01

Art. 1º - ...

Art. 23 - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - GRUPO D: alíquota de 7% (sete por cento) para industrialização e comercialização de produtos cerâmicos que utilizem como matéria prima argila ou barro, tais como: tijolo, telhas e manilhas.

Art. 2º - ...

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(aa) DALTON MACHUCA,

ANTONIO ANNIBELLI e

ADEMAR TRAIANO.

Apoio: Albino Corazza e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda trata-se de uma adaptação ao art. 155, parágrafo 2º, item VI da Constituição Federal."

O Projeto retorna à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 492/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 99/91, que cria o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o artigo 216, parágrafo Único da Constituição Estadual. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F., C.SEG.P., C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., com PARECERES CONTRÁRIOS da C.F., C.S.P. e C.SEG.P e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Subemenda de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Alceu Swarowski, Renato Adur, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Emília Belinati, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

"PROJETO DE LEI Nº 492/91

SUBEMENDA DE PLENARIO DE Nº 01

Incluir mais um inciso no art. 14 do Substitutivo Geral da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, nos seguintes termos:

"Art. 14 - ...

VI - Recursos provenientes de leis estaduais e destinados para a assistência social voltada à criança e adolescente."

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

RENATO ADUR

ORLANDO PESSUTI

TOTI COLAÇO

EMILIA BELINATI

Apoio: Ademar Traiano, Antônio Annibelli, Nelson Justus e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposição visa concretizar o entendimento havido entre os seus subscritores.

A criação do Conselho, sem recursos para exercer suas funções, não teria fundamento, pois a consecução destes objetivos deles depende.

A redação da presente Proposição, abrange todas as normas que destinam recursos para a área da infância e da juventude, que encontram-se alocados em diversos órgãos do Executivo, sendo que os mesmos passarão a compor o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência, entre outras existentes e que ainda virão a ser criadas: Lei nº 7.812/83, Lei nº 8.065/84, Lei nº 8.067/84, Lei nº 8.217/85, Lei nº 8.442/87, Lei nº 8.485/87, Lei nº 8.521/87, Decreto nº 1.531/87, Lei Complementar nº 50/90."

Em votação o Substitutivo Geral sem o prejuízo da Emenda.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Em votação a Emenda da Deputada Emília Belinati e outros Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

O Substitutivo da C.C.J. está prejudicado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação, a permitir ao professor de Educação Física a utilização da carga horária, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa Ampliativa, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, com apoio dos Senhores Deputados Ademar Traiano, João Arruda e Antônio Annibelli, nos seguintes termos:

"PROJETO DE LEI Nº 511/91  
EMENDA MODIFICATIVA AMPLIATIVA  
DE PLENÁRIO DE Nº 01

Art. 1º - O artigo 1º do Projeto de Lei nº 511/91 terá a seguinte redação:

"Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a permitir ao professor de Educação Física utilizar carga horária por ocasião de atividades extraclasse".

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) PAULO MAIA

Apoio: Ademar Traiano, João Arruda e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

De forma como originalmente constava, a autorização de utilização da carga horária

em atividades extraclasse aos professores de Educação Física, contemplando tão somente os integrantes do Regime Diferenciado de Trabalho, discriminava aqueles detentores de 1 (um) ou 2 (dois) padrões. A emenda modificativa ampliativa que se apresenta, restabelece a aplicação do princípio isonômico no caso, sem, porém, alterar a estrutura do mandamento contido no Projeto de Lei original.

O Projeto irá à Comissão Competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 526/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que no resguardo do interesse público institui, no território do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no art. 159 da C.E., e disposições da Lei Federal nº 6305, de 15.12.75, a taxa de serviços agrícolas, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

"PROJETO DE LEI Nº 526/91  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 01

Os arts. 1º e 6º do Projeto de Lei nº 526/91, passam, respectivamente, a vigor com as seguintes redações:

"Art. 1º - Fica instituída, em todo o território estadual, a taxa relativa aos serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, observando, no que couber, a Lei Federal nº 6305, de 15 de dezembro de 1975, ou a que vier a sucedê-la."

"Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1993."

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Emília Belinati, Severino Félix, José Tavares e 1 assinatura ilegível."

O projeto irá à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que dá nova redação ao art. 10, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ERNANI PUDELL - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 019/92, que institui a Gratificação de Apoio Educacional, a Gratificação pelo local de exercício no período noturno, a serem atribuídas conforme específica, aos professores e especialistas de educação do magistério público de 1º e 2º graus. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas Plenário em número de cinco, de autoria de vários Sr. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

"PROJETO DE LEI Nº 98/92  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 01

O art. 1º do projeto de lei em questão, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Apoio Educacional devida aos Especialistas de Educação em exercício de funções técnico-pedagógicas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e os Professores e Especialistas do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus em exercício de funções técnico-pedagógicas ou administrativas da Administração Central e nos Núcleos Regionais da Educação, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Parágrafo Único - ..."

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Nelson Garcia, Toti Colaço, Eurides Moura e Luiz Carlos Martins."

"PROJETO DE LEI Nº 98/92  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 02

O art. 1º do Projeto de Lei nº 098/92, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Apoio Educacional aos Especialistas de Educação em exercício de funções técnico-pedagógicas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e aos Professores e Especialistas de 1º e 2º Graus em exercício de funções técnico-pedagógicas ou administrativas na Administração Central e nos Núcleos Regionais da Educação, da Secretaria de Estado da Educação - SEED."

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(aa) PAULO MAIA

COLOMBINO GRASSANO

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, João Arruda, Antônio Annibelli e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, na forma como originalmente constava do Projeto de Lei nº 98/92, discriminava os especialistas de

educação no exercício de funções técnico-pedagógicas nas escolas e privilegiava aqueles com atuação centralizada apenas nos Núcleos Regionais de Ensino e na Administração Central da SEED.

A emenda procura restaurar o Princípio da Isonomia, determinando tratamento igual àqueles com funções iguais, independentemente do critério do local de trabalho."

"PROJETO DE LEI Nº 98/92  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 03

O parágrafo Único do Art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A quantidade de professores e especialistas de educação em exercício, nas unidades de que trata este artigo, será definida por Comissão Paritária a ser formada por dois representantes do Governo, sendo um da Secretaria de Estado da Administração - SEAD e um da Secretaria de Estado da Educação - SEED e dois representantes da APP - Sindicato.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ERNANI PUDELL  
OVIDIO CONSTANTINO  
DR. ROSINHA

Apoio: Albino Corazza e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Não há como definir a quantidade de professores e especialistas que receberão gratificação de apoio educacional, proposta pelo Governo, sem ouvir a categoria a ser beneficiada, pois quem melhor sabe quais os trabalhadores da educação que deverão receber as gratificações propostas, é o Sindicato que os representa."

"PROJETO DE LEI Nº 98/92  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 04

O parágrafo Único do Art. 3º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A regulamentação das gratificações de que trata este artigo, será estabelecida em decreto, mediante proposta de Comissão Paritária a ser formada por dois representantes do Governo, sendo um da Secretaria de Estado da Administração - SEAD e um da Secretaria de Estado da Educação - SEED, e dois representantes da APP - Sindicato.

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(a) ERNANI PUDELL  
OVIDIO CONSTANTINO  
DR. ROSINHA

Apoio: Albino Corazza e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O decreto que regulamentará as gratificações propostas precisará, necessariamente, conter as reivindicações da categoria, do contrário, resultará em arbitra-



riedade. Quem melhor conhece suas necessidades profissionais é o trabalhador da educação, aquele que sofre diretamente as consequências do arrocho salarial."

"PROJETO DE LEI Nº 98/92  
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 05

O inciso I, do art. 3º, passa a ter a seguinte redação:

"I - pela dificuldade de acesso ao local de exercício;"

Sala das Sessões, em 04.05.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

DR. ROSINHA e

ERNANI PUDELL

Apoio: Albino Corazza e Emília Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação da categoria é clara quanto à gratificação como incentivo à lotação de professores em estabelecimentos de difícil acesso, entretanto, o texto da mensagem governamental é muito genérico, daí a apresentação desta emenda."

O projeto irá à Comissão competente.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Questão de Ordem) - Com relação ao Projeto de Lei nº 492/91, uma pergunta: existindo a emenda, não voltaria para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sendo uma subemenda apresentada ao Substitutivo Geral, necessariamente teria que ir, porém, a matéria já foi votada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - E que na hora falhou o som aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto, apesar de aprovada a Emenda, vai à Comissão.

Sobre a mesa, requerimento de nº 563, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 566, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 571, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 564, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 569 e 570, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de nº 567, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 33 e 67/92.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após o término a sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 31, 32 e 38 a 41/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MAIO DE 1992.

"TEMPO DE RATOS E BARATAS

Foge-me o seu nome. Há porém, um futurologista, na linha dos Bradbury e Azimov, que escreveu: "O futuro será o tempo das baratas e dos ratos. Das baratas, porque resistem à radiação atômica; dos ratos, porque a devastação e a sujeira são o seu meio ambiente propício, seu habitat ótimo".

Em muita coisa, lamentavelmente, esse tempo já começou, já o estamos vivendo.

E nós, que não somos periplanetas nem roedores, vamos convivendo, à força, com eles, tentando, desesperadamente quase, sobreviver em condições tão desfavoráveis para nós.

Os índices de corrupção são tão trágicos quanto as previsões para as catástrofes que se sabe irão destruir Los Angeles, San Francisco, Tóquio e que podem ameaçar até mesmo a nossa Belém do Pará. Não é que os principais veículos da mídia patricia já adotaram, como referência o IMC; índice ministerial de corrupção, ou um Magri, valendo 30.000 dólares?

Há, na minha opinião, algo pior.

É terrível saber que há desonestos, cada vez em maior número e cada vez com

maior força. Para a criatura média, nada mais seria mais intranquilizador do que temer a ação das máfias, quer aquelas do crime a sangue frio, quer aquelas que simplesmente chamaríamos de colarinho branco.

É salutar porém, ver a repugnância, a revolta, a insatisfação da sociedade com o crescer dessa fauna humana, pior que a irracional. Repito, porém, que há algo pior. É a inclusão, injusta, criminosa até, de pessoas de bem nesse rol.

Para as criaturas dignas, para quem preza seu nome, sua família, sua dignidade, a própria vida vale menos que essa tessitura moral, de que ninguém abdica, de que nenhuma criatura bem formada abre mão.

Vemos, partindo de Curitiba, um movimento, de advogados, contra o chamado banco dos réus. Partem, esses colegas, do princípio de que mesmo quem vai a julgamento merece o respeito da sociedade, até porque pode ser absolvido e, antes, ser agravado com a posição humilhante dos Tribunais de Juri e semelhantes.

Como se sentirá, "a fortiori", o homem de bem que se vê enlameado pela irresponsabilidade trêfega dos que o prejudgam, dos que se tornam do furor acousandi, sem medir consequências e sem separar o joio do trigo?

Esta cada vez mais difícil contar com pessoas realmente capacitadas e moralmente inatacáveis para os postos de comando na administração, principalmente pública.

Figuras da mais alta qualificação, moral e profissional, querem estar a anos luz dos postos públicos, executivos, legislativos e, pasmem-se!, até mesmo Judiciários, segundo opiniões abalizadas de juristas de nomeada, como presidentes dos mais altos pretórios.

É tal a avaliação dos despreparados, é tal volúpia do profiteurs da causa pública, que as criaturas de bem não se animam à dolorosa aventura de participar, sem chances de sucesso, contra as camorras.

Vejo agora, com tristeza, o estardalhaço com que são levadas ao pelourinho, ao cadafalso da execração pública, figuras da mais alta respeitabilidade, da mais alta conceituação no Estado e no país, arrolados seqüencialmente como se fossem dilapidadores e aproveitadores das funções que exerceram no BADEP, tão deploravelmente extinto pelos que o deveriam preservar e ampliar.

Verdade é que já veio a sua defesa pronta, segura, por exemplo, feita pelo secretário da Fazenda, Heron Arzua, mostrando, com o peso de sua competência e com o aval de sua elevada dignidade pessoal, que houve precipitação, inconsistência na acusação indiscriminada, injusta contra algumas das melhores figuras do Pa-

ranã.

É de pasmar, porém, e até de revoltar, o ver agredida na sua personalidade inatacável, gente como Euro Brandão, educador, mestre de gerações, sábio e justo; os dois Carlos, o Pereira de Oliveira e o Almeida Ferreira, gente de toda uma vida dedicada às nossas melhores causas; como Celso Sabôia, um leão ferido em defesa do próprio Badep; um Ewaldo Vita, um Mário de Mari, legendas de trabalho permanente e honrado; um André Zacharow, cuja vida é de fidelidade exemplar ao próprio evangelho de sua crença; um Martinho Faust, um trabalhador probo e incansável; um Vêspero Mendes, cuja vida toda tem sido posta a serviço do semelhante, principalmente no magistério; um Geroldo Hauer e um João Elísio, que levaram para a vida pública o sacrifício até de seus interesses pessoais; um Luís Buffara e um Oto Bracarense Costa, cada um, no seu campo, um paradigma e um ponto de referência elogiosa.

É evidente que, na relação acima, não estou excluindo os demais que foram arrolados de maneira tão agressiva a seu inatacável patrimônio moral. Os que citei são pessoas de meu conhecimento pessoal mais próximo e que respeito como gente digna, merecedora, por isto, de tratamento mais condizente com o que realmente são e valem.

A precipitação em agredí-los, em difamá-los, afasta pessoas de igual conceito do atendimento à convocação para cargos e funções públicas.

E, afastando-se os bons, aproximam-se e refocilam os maus.

Por isto mesmo é que se aproxima, cada vez mais celeremente, o tempo dos ratos e das baratas de que falam os futurologistas mencionados no início destas revoltadas linhas."

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

##### ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março de hum mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Compareceram também à reunião os seguintes Srs. Deputados: Renato Adur, João Jensen, Basílio Zanusso, Duílio Genari e Domingos Carvalho. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 492/91, Mensagem nº 99/91. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL ao Substitutivo Geral apresentado pela Deputada Emília Belinati. REJEITADO o parecer, e designado novo relator o Depu-

tado Renato Adur, que opinou FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do projeto em sua forma original, rejeitado o substitutivo geral. Parecer APROVADO. Projeto de Lei nº 574/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORAVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros presentes e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI  
Presidente  
Alan Marcos Andrade  
Secretário

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

## ATA DA 18ª REUNIAO ORDINARIA

Aos oito dias do mês de abril de hum mil, novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Compareceram também à reunião os seguintes Srs. Deputados: Renato Adur, Domingos de Carvalho, Emília Belinati, Mário Bezerra e Dobrandino da Silva. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos com a leitura da ata da reunião anterior. A seguir passou-se aos esclarecimentos sobre a votação e aprovação do parecer ao Projeto de Lei nº 492/91, que está em regime de urgência desde outubro de 1991, razão pela qual foi solicitado ao então relator, Deputado Mário Bezerra, que aquele fosse apreciado na ocasião. Na ausência deste Parlamentar à reunião, a Presidência, em contato telefônico com seu gabinete, através do secretário da comissão, foi informado de que o relator não se encontrava no momento e que o projeto em tela achava-se devidamente relatado. O Presidente sugeriu que o mesmo fosse trazido à reunião para discussão e votação do parecer, no que foi atendido pela assessoria daquele Parlamentar, que encaminhou o projeto pessoalmente à reunião. O relatório favorável ao substitutivo geral apresentado pela Deputada Emília Belinati foi rejeitado por unanimidade pelos membros presentes, após o que foi designado novo relator conforme prescreve o art. 51, § 5º do Regimento Interno. Designado como Relator o Deputado Renato Adur, que apresentou parecer favorável ao projeto em sua forma original, rejeitando o substitutivo geral. O parecer foi aprovado por unanimidade. O relator solicitou ao Presidente que constasse em ata que naquela ocasião foram consultados diversos assessores da Casa,

presentes à reunião, sobre o possível impedimento em relatar o projeto, uma vez que já havia sido relatado anteriormente ao Deputado Mário Bezerra. A resposta foi de que não havia nenhum impedimento regimental. O Deputado Renato Adur lembrou que poderia ter sido designado outro relator entre os presentes, visto que o parecer foi aprovado por unanimidade. Ocorre que quando o referido projeto entrou na Ordem do Dia constava nesta apenas dois pareceres, ambos do Deputado Renato Adur, sem que entre estes se achasse o parecer do Deputado Mário Bezerra que se encontrava no projeto, mas que equivocadamente não .... O Presidente antes de seu relatório, eis que avocou para si o projeto, dirimiu as seguintes preliminares: que responderá ao ofício da ilustre Deputada Emília Belinati, ao Presidente da Assembléia Legislativa, esclarecendo a questão como consta da ata; que rejeitado o parecer do Deputado Mário Bezerra, na forma regimental foi designado como relator o Deputado Renato Adur; que este poderia ser relator porque: estabelece o art. 51, § 5º, "Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem", logo, o regimento não proíbe que o relator que tivesse o seu parecer rejeitado, ofereça relatório em outra oportunidade. A doutrina e jurisprudência estabelecem vários e preciosos critérios interpretativos: a) Onde a lei não distingue a interpretação, não deve igualmente distinguir; b) todas as exceções devem ser interpretadas restritivamente; c) tudo o que não é proibido é permitido; d) na interpretação das leis, qualquer dúvida deve ser resolvida no sentido da LIBERDADE DO ATO e não no sentido de sua vedação. (Carlos Maximiliano, Hermenêutica e Aplicação do Direito - 3ª. Edição, página 247 e seguintes; 256 e seguintes; Alípio Silveira, Hermenêutica no Direito Brasileiro, página 210 e seguintes. Washington de Barros Monteiro. Curso de Direito Civil (parte geral), página 39; Miguel Reale, Questões de Direito, páginas 62 e 63). O Deputado Renato Adur solicitou antes que se suspendessem os trabalhos, que o Presidente não apresentasse o seu relatório na ocasião, para que possa ser feito um reestudo do assunto. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, demais Deputados membros presentes e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI  
Presidente  
Alan Marcos Andrade  
Secretário